



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental  
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

# **ANEXO I.7**

## **Termos e Condições da Garantia Pública**

### **SOLÁRIO CARIOCA**



## **1. DIRETRIZES GERAIS**

**1.1.** O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA compreenderá a abertura de conta bancária de movimentação restrita junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, destinada a constituir o devido saldo garantia (doravante CONTA GARANTIA), observadas as diretrizes do presente ANEXO.

**1.2.** A CONTA GARANTIA deverá ser mantida durante toda a vigência do CONTRATO, e somente poderá ser encerrada em caso de celebração de um novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA com nova INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

**1.3.** O CONTRATO de CONCESSÃO prevê que o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO devida à CONCESSIONÁRIA, como remuneração pelos seus serviços, será realizado por meio de recursos advindos da dotação orçamentária indicada pelo PODER CONCEDENTE.

## **2. SISTEMA DE GARANTIA – CONTA GARANTIA**

**2.1.** O CONTRATO de CONCESSÃO obriga o PODER CONCEDENTE a instituir, em favor da CONCESSIONÁRIA, sistema de garantia do pagamento da REMUNERAÇÃO.

**2.2.** O sistema de garantia consistirá na criação de CONTA GARANTIA, a ser gerida por INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com as funções de: (i) receber recursos orçamentários transferidos pelo Tesouro Municipal a fim de compor o SALDO GARANTIA; e (ii) manter o SALDO GARANTIA para assegurar o adimplemento das obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE no âmbito da CONCESSÃO.

**2.2.1.** Nos termos do item 2.2 acima, o sistema de garantia compreenderá a abertura e manutenção, junto a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, de uma conta bancária de movimentação restrita (CONTA GARANTIA), a ser movimentada exclusivamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com as funções de receber valores transferidos pelo PODER CONCEDENTE e constituir o SALDO GARANTIA conforme CONTRATO, e



repassar os recursos á CONCESSIONÁRIA nos casos de inadimplência previstos contratualmente.

**2.3.** Para a constituição do SALDO GARANTIA, que deverá ocorrer até o final da FASE DE IMPLANTAÇÃO, cujo prazo máximo é o 9º mês após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO, o PODER CONCEDENTE transferirá montante equivalente a 3 (três) parcelas mensais da CONTRAPRESTAÇÃO DE REFERÊNCIA para a CONTA GARANTIA.

**2.4.** A origem dos recursos a serem transferidos para a CONTA GARANTIA será a dotação orçamentária indicada pelo PODER CONCEDENTE, aprovada nos termos da legislação orçamentária e financeira pertinente.

**2.5.** Após a transferência dos recursos, todas as movimentações na CONTA GARANTIA serão realizadas exclusivamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

**2.6.** Os valores transferidos à CONTA GARANTIA estarão vinculados ao CONTRATO de CONCESSÃO e serão utilizados para constituir SALDO GARANTIA, que poderá ser executado pela CONCESSIONÁRIA nas hipóteses de inadimplemento pecuniário do PODER CONCEDENTE a ser caracterizado nos termos do item 3.1 do presente ANEXO.

**2.7.** O SALDO GARANTIA será correspondente ao valor de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS DE REFERÊNCIA durante toda a vigência da CONCESSÃO.

**2.7.1.** Sempre que o SALDO GARANTIA for reduzido para pagamento de eventual inadimplemento do PODER CONCEDENTE, o PODER CONCEDENTE realizará a recomposição do referido valor à CONTA GARANTIA.

**2.7.2.** Se o SALDO GARANTIA exceder o valor correspondente a 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES DE REFERÊNCIA, o montante excedente deverá ser transferido para o Tesouro Municipal.



**2.8.** Após a execução do SALDO GARANTIA, os saldos eventualmente remanescentes na CONTA GARANTIA deverão ser aplicados em investimentos de liquidez diária, atrelados à Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

### **3. PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DO SALDO GARANTIA**

**3.1.** Na hipótese de o PODER CONCEDENTE não realizar a transferência de recursos destinados ao pagamento da REMUNERAÇÃO à CONCESSIONÁRIA até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao mês de exercício, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar imediatamente o PODER CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. Então, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA fixará o prazo mínimo de 5 (cinco) dias para que o PODER CONCEDENTE proceda ao pagamento da REMUNERAÇÃO.

**3.2.** Caso o PODER CONCEDENTE não proceda ao pagamento entre o período fixado pela notificação indicada no item acima e o prazo máximo correspondente ao 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao respectivo mês de exercício, estará caracterizado o seu inadimplemento pecuniário em face da CONCESSIONÁRIA.

**3.3.** Uma vez configurado o inadimplemento pecuniário do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá requerer, mediante notificação endereçada à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, a execução do SALDO GARANTIA em montante correspondente à REMUNERAÇÃO MENSAL EFETIVA, observado o disposto na subcláusula 20.4 do CONTRATO de CONCESSÃO.

**3.4.** Executado o SALDO GARANTIA, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá notificar o PODER CONCEDENTE para que este proceda à recomposição do valor indicado no item 2.7 deste ANEXO na CONTA GARANTIA.

### **4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**4.1.** Serão obrigações do PODER CONCEDENTE:



- (a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA sejam efetivadas em conformidade com a lei e com a devida motivação;
- (b) fornecer à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA cópia do CONTRATO de CONCESSÃO;
- (c) não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA GARANTIA;
- (d) cuidar para a manutenção da CONTA GARANTIA por todo o prazo de vigência do CONTRATO, livre de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata contratação de nova CONTA GARANTIA, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos da CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA;
- (e) assegurar a manutenção do SALDO GARANTIA de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES DE REFERÊNCIA na CONTA GARANTIA;
- (f) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
- (g) informar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA sempre que houver alterações no prazo do CONTRATO ou nos valores de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL DE REFERÊNCIA, no âmbito da CONCESSÃO;
- (h) informar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por escrito a existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa afetar os direitos da SPE e os



recursos depositados na CONTA GARANTIA; e

- (i) indicar preposto que estará autorizado a acessar extrato da CONTA GARANTIA.

**4.2.** Serão obrigações da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:

- (a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do presente CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;
- (b) atuar, na qualidade de administradora da CONTA GARANTIA, como fiel depositária dos valores nela existentes, realizando tempestivamente as transferências dos recursos devidos, conforme previsto neste CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA;
- (c) desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;
- (d) recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE que contrariem, expressamente, as disposições do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA; e
- (e) fornecer ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, sempre que lhe solicitado, as informações sobre CONTA GARANTIA e SALDO GARANTIA, em prazo hábil.



## **5. OUTRAS DISPOSIÇÕES**

**5.1.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá ser notificada da irregularidade na prestação dos serviços, e será responsabilizada caso não sane a irregularidade em prazo hábil.

**5.2.** O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA permanecerá vigente todo o prazo de duração da CONCESSÃO.

**5.3.** O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, hipótese na qual um novo contrato deverá ser celebrado tendo o mesmo objeto e condições contratuais, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO de CONCESSÃO.

**5.4.** É facultado à CONCESSIONÁRIA solicitar a extinção do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA e, superveniente celebração de novo contrato tendo o mesmo objeto e condições contratuais, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos das REMUNERAÇÕES que lhe forem devidas e/ou na hipótese de inadimplemento parcial da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que inviabilize ou onere excessivamente a CONCESSÃO.

**5.5.** O pagamento pelos serviços prestados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, bem como o ressarcimento de quaisquer despesas, caberá ao PODER CONCEDENTE.